



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 06/02/2009, às 15h27  
198 / estagiário

MPV-455

00049

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 455
------	--

Autores Deputado Paulo Bornhausen -DEM	nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 18º da Medida Provisória nº 455/2009.

"Art. 18. ....

V – um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder "

## Justificação

O conselho de Alimentação Escolar - CAE é um órgão de caráter fiscalizador permanente, deliberativo e de assessoramento, sua função principal é acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes do programa, a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos alimentos, desde a sua compra até a distribuição nas escolas. De acordo com a medida provisória o conselho é composto por representantes do Poder Executivo, da sociedade, professores, alunos, pais de alunos, trabalhadores na área de educação e representantes indicados por entidades civis.

A composição do conselho não faz referência de um representante do Poder Legislativo, tendo sido excluído da atual composição. No entanto, é função do Poder Legislativo acompanhar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Por esses motivos, nada mais legítimo que um membro do Poder Legislativo venha a ocupar uma vaga no conselho, e possa participar da fiscalização do programa de alimentação escolar, bem como desempenhar perfeitamente as atribuições típicas do CAE.

PARLAMENTARES

Paulo Bornhausen

